

STF susta desapropriação do Araras

Liminar expedida ontem pelo ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, susta os efeitos da desapropriação do Castanhal Araras, localizado em São João do Araguaia e que foi expropriado pelo presidente da República, José Sarney, a 15 de janeiro passado.

O castanhal deveria abrigar os posseiros invasores da reserva indígena "Mãe Maria", dos Gavião, objeto de um longo conflito entre os índios e os colonos, que já dura cinco anos. Durante o mês de março último, cansados de esperar a saída dos mais de cem posseiros que ocupam parte da reserva, os índios ocuparam e interditarão a ferrovia dos Carajás, às vésperas da visita do presidente de Portugal, Mário Soares, ao projeto de ferro. A ação rápida da Funai, então, conseguiu desinterditar a ferrovia em 24 horas, sob a condição de um diálogo direto entre o ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, a quem está afeto o problema dos posseiros, e o cacique gavião Kokrenum. Esta entrevista está marcada para amanhã.

Liminar

A liminar sustando os efeitos da desapropriação foi concedida ontem, atendendo a pedido feito pelo proprietário diretamente ao Supremo, por se tratar de ato do Presidente da República. No pedido, alega-se ser o imóvel plenamente produ-

tivo, não tendo sofrido invasão ou qualquer outro tipo de tensão social. O despacho concedendo a medida liminar tem o seguinte teor:

"Em face das características do imóvel, como resulta dos próprios termos do decreto em causa, tenho por satisfeitos os requisitos do § 1º do art. 203 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, razão porque defiro a liminar requerida. Solicitem-se as informações do Exmo. Sr. Presidente da República".

Dante Oliveira

Embora com a visita marcada para começar amanhã, até ontem à tarde não se sabia exatamente o que Dante de Oliveira iria fazer. Isto porque os índios Gavião querem que o ministro vá até à reserva "Mãe Maria", coisa que Dante já disse que não fará. O impasse perdurava até ontem. O cacique Kokrenum fincou pé: ou o ministro vai à reserva ou não há conversa. E, não havendo conversa, os índios se consideram livres para agir — particularmente com relação à ferrovia do Carajás, que atravessa a reserva.

Uma conversa, por telefone, estava marcada entre Kokrenum e Dante de Oliveira para as 16 horas de ontem. E só depois dela é que seria definida a agenda. Mas até o final da noite não havia informações sobre o que fora decidido.

E agora?

Uma das coisas pelas quais os Gavião mais se empenhavam era pela fixação de um prazo

definitivo para a retirada dos posseiros. O conflito, de cinco anos, já dura tempo demais para os índios, cuja ação mais enérgica tem sido contida com dificuldade, não só em relação às 136 famílias de posseiros que ocupam a reserva como até contra órgãos públicos. A ocupação do Carajás foi a segunda tentativa de pressão mais objetiva para acelerar uma solução. A primeira também foi intentada contra o projeto Carajás.

Com a intervenção do Judiciário, o prazo de retirada dos posseiros da reserva "Mãe Maria" se torna uma interrogação. Com 68 mil hectares e em área de franca imigração, é difícil mantê-la íntegra. Ainda ontem o superintendente da Funai, Salomão Santos, informava estar o órgão ultimando providências para a criação de um posto de vigilância no igarapé do Flexeira, para evitar novas invasões. O posto contaria com o apoio da Polícia Federal e seria implantado o mais breve possível.

Na mesma entrevista, concedida antes de saber da decisão judicial, o superintendente da Funai dizia que, se não chegasse a um bom termo o entendimento com o ministro da Reforma Agrária, seria impossível prever a reação dos índios.

Com o adiamento, sem possibilidade de prazos, da saída dos posseiros para o Araras, é quase certo que os índios reagirão com agressividade. Principalmente se o ministro não for lá.